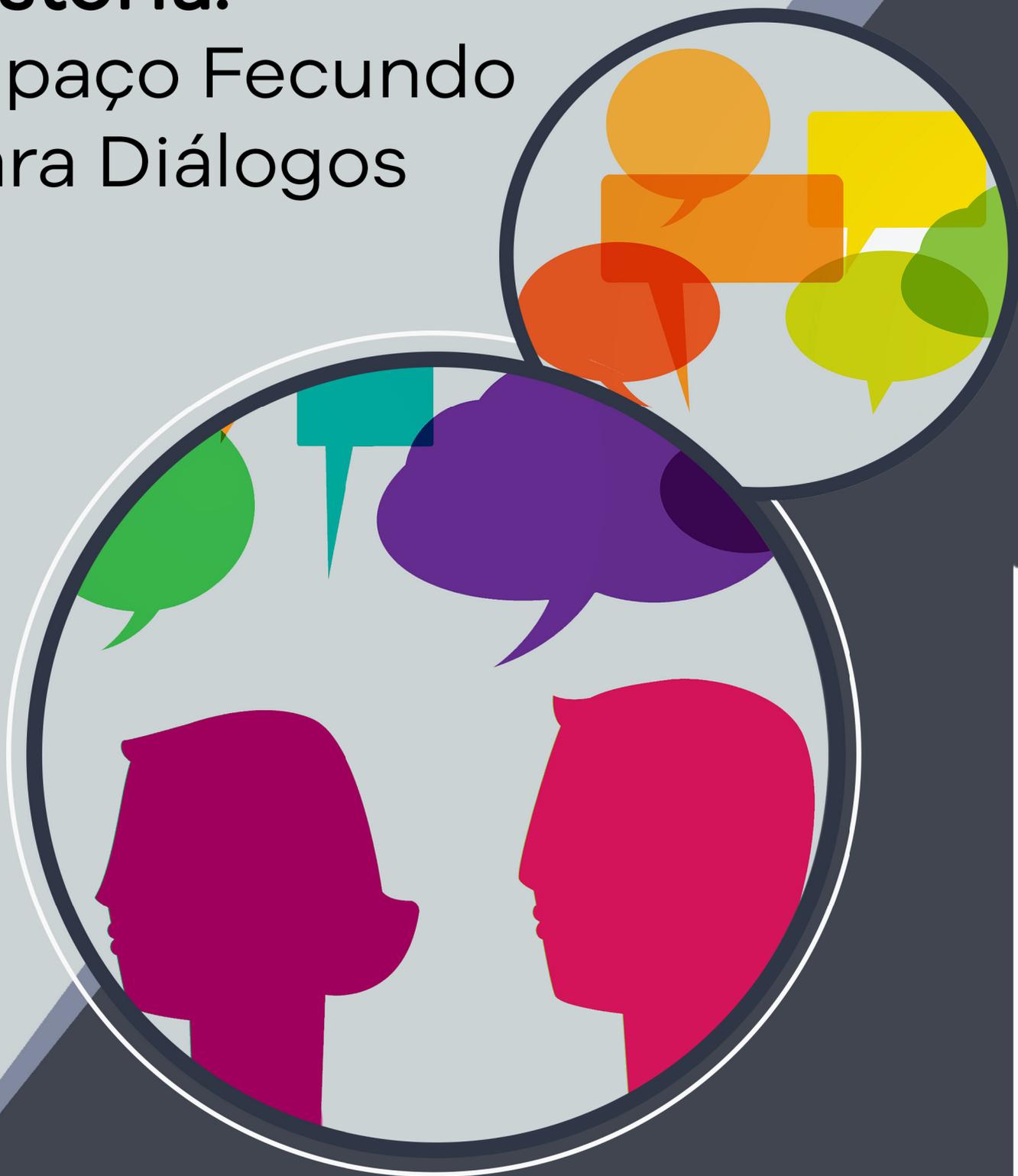


# História:

## Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira  
Elizabeth Johansen  
(Organizadoras)

**Denise Pereira**  
**Elizabeth Johansen**  
(Organizadoras)

# **História: Espaço Fecundo para Diálogos**

**Atena Editora**  
**2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709  1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth.  CDD 907.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Elizabeth Johansen

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>89</b>
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927098</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5081927099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>108</b>
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>120</b>
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>145</b>
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>157</b>
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>170</b>
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270915</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>180</b>
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>200</b>
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>211</b>
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>219</b>
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>228</b>
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270920</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>241</b>
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270921</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>254</b>
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270922</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>265</b>
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270923</b>	

<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>276</b>
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270924</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>291</b>
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270925</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>308</b>
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270926</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>318</b>
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270927</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>326</b>
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270928</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>337</b>
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270929</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>349</b>
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270930</b>	

<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>364</b>
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270931</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>373</b>
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270932</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>384</b>
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270933</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>393</b>
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.50819270934</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>403</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>404</b>

## A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)

**Cesar Augusto Barcellos Guazzelli**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Departamento de História  
Porto Alegre – RS

**RESUMO:** Este texto parte da importância central que as relações estabelecidas pelos chefes militares nas fronteiras da província do Rio Grande do Sul com caudilhos do Rio da Prata, que tinham sido marcantes durante a secessão “farroupilha”. Estes laços ainda eram muito fortes às vésperas da Guerra do Paraguai, e os comandantes Antônio de Souza Neto e David Canabarro tiveram papéis decisivos desde o desencadeamento da guerra e durante seu desenvolvimento no espaço fronteiriço. Uso o conceito de região-província, referido àquelas unidades políticas prévias às configurações nacionais, com os comandos militares e chefias locais e caudilhos fronteiriços, entendendo fronteiras como lugares específicos para a formação de contingentes armados e estratégias próprias de afirmação política.

**PALAVRAS-CHAVE:** província; nação; identidade; fronteira; guerra

THE PROVINCE IN PRINCIPLE, THE FRONTIER BY MEANS AND THE EMPIRE IN THE AND: NETO AND CANABARRO IN THE PARAGUAYAN WAR (1864-1865)

**ABSTRACT:** This text is based on the central importance that the relations established by the military chiefs in the borders of the province of Rio Grande do Sul with the warlords of River Plate, that had been remarkable during the “farroupilha” secession. These ties were still very strong on the eve of the Paraguayan War, and the commanders Antônio de Souza Neto and David Canabarro played decisive roles from the outbreak of the war and during their development in the frontier space. I use the concept of region-province, referred to those political units prior to national configuration, with military commands and local chiefs and border warlords, understanding frontiers as specific places for the formation of armed contingents and their own strategies of political affirmation.

**KEYWORDS:** province; nation; identity; frontier; war

### 1 | LÁ NO PRINCÍPIO SOMENTE A SEMENTE PROVINCIAL

As andanças de Antônio de Souza Neto e David Canabarro estão entrelaçadas às questões de identidade que atravessavam o processo de descolonização e de formação dos Estados nacionais na América Latina. Identidades regionais-provinciais resultaram do

esfacelamento dos Vice-Reinados e, no caso platino, das grandes Intendências, falidas pela dissolução das forças metropolitanas. Na sucessão da América Portuguesa, a unidade que apresentava o Império do Brasil era relativa, como já mostrara o próprio processo de independência. Ao Primeiro Reinado, despótico e regressivo, seguiu-se a Regência que não susteve rebeliões regionais em muitas das províncias, só interrompidas a partir da metade do século XIX.

Ossul-rio-grandenses até os eventos da Cisplatina eram identificados com o Reino de Portugal, para o qual eram a garantia dos limites estremos contra os vizinhos castelhanos. A autonomia que necessitavam para manter as fronteiras dava-lhes uma capacidade militar que seria desvantajosa quando ocorressem desentendimentos em função dos seus interesses próprios, confundidos aqui com aqueles da província como um todo. Neste sentido, num espaço platino marcadamente republicano e com um discurso federalista muito estridente, o temor a uma autoridade central monárquica de uma casa real europeia dificultava a compreensão de um Estado nacional. Este era o horizonte da província!

## 2 I NO MEIO DAS TRAMAS E TRANÇAS FRONTEIRIÇAS

Faço uso de três conceitos básicos que me acompanham desde há alguns anos em pesquisas sobre temas relativos às fronteiras americanas no século XIX: região-província, fronteira e caudilhismo. No meio deles tento situar as trajetórias de Antônio de Souza Neto e de David Canabarro.

O conceito de região-província foi desenvolvido pelo argentino José Carlos Chiaramonte para dar conta das imensas dificuldades na construção de um Estado nacional na Argentina, com guerras civis endêmicas ao longo do século XIX. Para o autor, a descolonização deixou a descoberto os produtores mercantis das diferentes regiões do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, dependentes que eram dos grandes comerciantes metropolitanos, que adquiriam toda produção, abasteciam as demandas e adiantavam recursos financeiros. O Estado nacional proposto pelos centralistas unitarios favorecia as atividades exportadoras dos criadores, invernadores e charqueadores de Buenos Aires, desfavorecendo as economias provincianas. As sucessivas crises levaram às guerras civis e a noções embrionárias de federalismo, que justificaria a luta ferrenha por autonomia. Neste sentido, a construção das províncias nos espaços antes ocupados pelas grandes intendências, mostrava a capacidade de setores dominantes no domínio de um território, controlando as atividades produtivas, a mão-de-obra, a manutenção da ordem pública e o recrutamento militar (1991, 21-35).

Para o autor a discussão entre unitarios e federales em relação a qual modelo de Estado era mais benéfico e desejável, passava antes pelo reconhecimento das províncias como as unidades políticas “possíveis” após a descolonização

(CHIARAMONTE, 1991, p.37-41). Em minha Tese de Doutorado utilizei o conceito para discutir as raízes da rebelião rio-grandense contra o Império, associada à desenvoltura com que seus líderes negociavam e faziam acordos com os vizinhos platinos. Assim, também para os antecedentes da Guerra do Paraguai foi interessante utilizar este conceito para compreender os movimentos políticos que não estavam dependentes dos interesses nacionais da Confederação Argentina ou do Império do Brasil (GUAZZELLI, 2013).

A questão da fronteira é uma marca fundamental para a identidade rio-grandense. A divisa com a Argentina é feita em toda sua extensão pelo rio Uruguai, e alcança 1.003 quilômetros; com o Uruguai, a fronteira mede 1.069 quilômetros; mais de 50% do perímetro do estado é formado por fronteiras com países platinos, e o Rio Grande foi tratado pela historiografia tradicional e apologética como a “sentinela avançada do Brasil” ou a “marca lusitana no Rio da Prata”. Estas visões mais tradicionais foram profundamente criticadas por historiadores que a partir das décadas de 1980 e 1990 trataram das relações importantes que ao longo das fronteiras se davam entre os habitantes de diferentes países. Mais que isto, inspirados pelos avanços da Geografia Crítica desenvolvida no Brasil por Milton Santos (1982), o espaço fronteiriço foi desnaturalizado e tratado como uma construção histórica, determinada pela apropriação do território, numa disputa de processos concorrentes de Espanha e Portugal, o que fazia dos limites estabelecidos diplomaticamente não mais que um desenho nos mapas oficiais, uma abstração. Desta forma, o espaço fronteiriço era tratado como “aberto”, “móvel”, “poroso”, ou outros adjetivos que o reduziam a um lugar de trânsito quase livre, pouco atendido por autoridades estatais que não controlavam os sujeitos que ali faziam suas vidas.

Esta visão de uma “fronteira aberta”, desenvolvida na historiografia em oposição àquela noção de uma “fronteira fechada”, que teria resguardado um passado inequivocamente lusitano para o Rio Grande, certamente representou um avanço para a compreensão dos comportamentos dos chefes rio-grandenses, muitas vezes desafinados com os interesses ditados pelas autoridades centrais, coloniais primeiro e imperiais depois. No entanto, esta ideia de uma fronteira como espaço de circulação relativamente frouxo foi refutada por estudos recentes da historiadora Mariana Flores de Cunha Thompson Flores, estudiosa do contrabando e outros delitos cometidos nesses lugares (2014, p. 47-52) a autora identifica na fronteira rio-grandense um papel bem atuante da burocracia estatal, uma alternância de momentos de maior e menor integração dos habitantes de ambos os lados, convivendo com diferentes contextos de guerras, avançando, recuando e, por vezes, sobrepondo limites geopolíticos. Mais importante, Thomson Flores mostra que os sujeitos fronteiriços tinham clareza em relação à linha de fronteira enquanto limite, que perdia assim aquela ideia de uma abstração, e marcava o reconhecimento dos que viviam no “outro lado” como estrangeiros, uma alteridade que poderia ser mais ou menos acentuada, mas presente.

Como corolário disso, a autora (THOMPSON FLORES, 2014, 54-82) propôs o conceito de “fronteira manejada”. Esta ideia pressupõe que os sujeitos fronteiriços sabem da existência concreta dos limites, estão conscientes de que a fronteira não está “aberta”, mas tratam de “manejá-la” aos seus interesses. Isso diz respeito à economia, à política, relações familiares e tudo mais: a vida do “outro lado” pode ser atrativa ou não dependendo do ciclo de vida de cada agente, assim como preservar o ingresso de estrangeiros, ou formação de milícias, ou como estratégias para a prática de delitos.

Antônio de Souza Neto vivendo no Estado Oriental do Uruguai conhecia sua condição de estrangeiro, e usava desta prerrogativa quando porventura sofresse algum tipo de restrição a suas atividades; podia apelar como “cidadão” – como era usança chamar-se na República Rio-Grandense – para seus antigos parceiros de armas, ou mesmo interpelar o Império como “súdito” brasileiro ameaçado no exterior. Em detalhada pesquisa, Carla Menegat (2015) assinala que a partir dos anos 1850, as reclamações sobre violências contra os direitos dos súditos do Império brasileiro se concentraram na facção dos blancos e se relacionavam com as pretensões dos brasileiros em relação a suas propriedades no Estado Oriental e que usaram de muitas estratégias sociais e políticos que para garantir o atendimento de seus pleitos.

Canabarro também usara a fronteira uruguaia como rota de fuga da cavalaria “farroupilha” assediada pelas forças imperiais, e nas vésperas da Guerra do Paraguai via-se às voltas com o manejo da fronteira argentina, abandonado que se sentia pelo Estado imperial. Os documentos que Joana Bosak de Figueiredo (2000) levantou na sua investigação sobre as identidades dos homens da fronteira estremenha sustentaram a noção de que os rio-grandenses pendulavam entre a condição de súditos do Estado imperial, ou rejeitavam esta sujeição em nome do pertencimento à província de acordo com seus interesses conjunturais.

Sobre os caudilhos provincianos – e especificamente os rio-grandenses – são chamativos dois aspectos: num plano “horizontal”, porque representantes de unidades provinciais por vezes tão pouco importantes economicamente eram capazes de comprometer a consolidação dos Estados nacionais; num “vertical”, como conseguiam a formação de milícias irregulares com muita facilidade, o que não era observável nos recrutamentos para os exércitos nacionais. Quanto ao primeiro aspecto, justamente nas áreas de fronteira que se fazem importantes estes caudilhos. Por um lado, a garantia dos espaços ocupados era dada pelos que ali estavam estacionados, pois raramente os governos centrais dispõem de reservas militares para estes fins. Isso exigia uma autonomia desses comandos que, “manejando” as fronteiras, poderiam articular-se com outras chefias análogas e levar adiante projetos avessos aos interesses maiores de uma metrópole colonial ou de uma Estado nacional. Neto e Canabarro usaram disso quase sempre: ameaçaram as autoridades imperiais, se insurgiram contra governos estrangeiros, fizeram alianças com caudilhos uruguaios e argentinos, colocaram seus negócios acima dos interesses de todos. A posição da

elite fronteira rio-grandense encravada no espaço platino era fundamental para a integridade do Império, e sua preservação passava pelo atendimento de algumas demandas por vezes insólitas.

Em relação à plebe rural, os peões campeiros oriundos dos antigos “gaúchos” e que compunham as milícias de cavalaria ligeira características das guerras de movimento por todo o Rio da Prata, o discurso dos caudilhos levava em conta o reforço das identidades provincianas. Especial aqui era a criação de um antagonismo entre o mundo rural, ameaçado pelos “doutores” e autoridades dos maiores centros urbanos. O poder dos caudilhos sobre seus milicianos em tempo de guerra, era uma consequência das relações de trabalho que haviam entre dos mesmos homens enquanto peões e proprietários em tempos de paz. Nas sociedades pastoris, tais relações têm peculiaridades. Sendo um trabalho formalmente livre na medida em que é remunerado, apresenta ocultadas algumas relações de tipo pré-capitalista. Além do assalariamento ser muitas vezes em espécie, a garantia de alimentação e moradia aparece como sendo uma concessão do estancieiro: ou seja, além do pagamento, o patrão proporciona ao seu peão casa e comida pelo trabalho. Na verdade, tais “concessões” nada mais representam que formas disfarçadas de renda da terra: o estancieiro, na medida em que não fornece pelo trabalho um pagamento suficiente para que o trabalhador possa com a venda do trabalho garantir sua reprodução, não lhe cobra o uso de suas instalações e de seus alimentos. Assim, os peões estão pagando uma renda da terra, que é subtraída do seu salário, permanecendo esta relação encoberta.

Em síntese, os caudilhos quando defendiam seus interesses, identificando-os com os das suas províncias, sempre partiam de “discursos de crise”, fossem elas reais ou imaginárias, atribuídas a “outros”, aqueles que eram portadores das inseguranças trazidas pelos Estados nacionais que buscavam uma imposição centralizadora. Derivando da “crise”, abria-se espaço para um “discurso de nostalgia”, quando eram elencadas evocações de um passado de sacrifícios em prol desses “outros” que agora os afligiam. E as glórias passadas serviam de ancoragem para um “discurso de identidade” entre os caudilhos e seus comandados. Neto e Canabarro forma bem-sucedidos nestes expedientes, tendo grande acatamento pelos seus pares e com grande capacidade de aglutinamento de forças irregulares próprias. Símbolo disto foi a milícia de Neto na Guerra do Paraguai carregava a bandeira do Império, conduzida junto ao estandarte da extinta República Rio-Grandense. Uma contradição reveladora da ambiguidade do “senhor da guerra” em relação ao seu pertencimento ao Império e à província!

### 3 | NO FIM ENVEREDANDO EM ENTREVEROS COM O IMPÉRIO

Tem sido consenso entre os historiadores o papel representado pelos Estados nacionais no desenvolvimento universal do capitalismo, o que se deu de forma desigual e combinada, definindo aquelas potências centrais exportadoras de manufaturados e mais tarde capitais, e os países periféricos destinados ao fornecimento de matérias-primas. A organização destes Estados desencadeada em fins do século XVIII trouxe consequências econômicas, sociais, políticas e culturais que ainda perduram, pois isto implicava construir identidades nacionais, e este processo teve uma longa trajetória.

Na América Latina, a formação dos Estados nacionais nas ruínas dos impérios coloniais apresentou grandes dificuldades, tais como as disputas entre setores exportadores e não exportadores, os conflitos entre oligarquias regionais, os temores das “classes perigosas”, problemas étnicos e religiosos, entre tantos. As atuais nações latino-americanas não foram, portanto, resultado de “vocações” previamente estabelecidas, mas consequência de um processo histórico muito complexo, cujos principais aspectos se desenvolveram ao longo do século XIX.

Também é comum a generalização de que um dos fatores capazes de favorecer a formação de uma identidade nacional é a formulação de um inimigo externo: se uma identidade só se constrói a partir de uma alteridade – ou seja, quando “nós” adquire significado ao ser oposto a “outros” –, uma guerra externa facilitaria esta condição. Essencial aqui é pensar em “espaço platino”, conceito que uso para o território formado pela grande planície de aluvião da Bacia do Rio da Prata, compreendendo na época tratada as seguintes unidades políticas: a República do Paraguai, o Estado Oriental do Uruguai, as províncias argentinas de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, o território das Missões – que era disputado com o Paraguai – e o Rio Grande do Sul, província estremenha do Império do Brasil.

No que dizia respeito à Confederação Argentina que atravessara períodos crônicos de guerra civil de 1810 a 1862, e também o Império do Brasil, com o longo ciclo de insurreições conhecidas como Rebeliões Regenciais. Para os dois países, não estando ainda resolvidas as assimetrias entre as distintas regiões, a guerra poderia catalisar a desejada união nacional. Quanto ao Estado Oriental do Uruguai, sua condição de “Estado-tampão” cujos interesses estavam comprometidos com distintas facções políticas da Argentina e do Brasil, fazia com que sua atuação no cenário platino fosse associada aos ditames das duas grandes potências sul-americanas.

Porém, o exame da chamada Guerra da Tríplice Aliança não assegura essa hipótese. Ao contrário, diversos conflitos internos dos países envolvidos, de alguma forma recrudesceram com a guerra no espaço platino, que teve diferentes implicações para os países envolvidos: a Argentina enfrentou graves problemas, nas províncias do Litoral e do Norte; no Uruguai acirraram-se as disputas entre o Partido Blanco e Partido Colorado; no Brasil, uma vez mais cresciam os distúrbios dos rio-grandenses nas movediças fronteiras com a Argentina e o Uruguai.

A hipótese que sustento de que a Guerra do Paraguai não foi um fator de consolidação daquelas nações que compuseram a Tríplice Aliança, obriga a formulação de outra questão: quais seriam as entidades políticas de fato na América platina, e em que medida a guerra a um inimigo externo mantinha ou mesmo reforçava essas identidades regionais em contrapartida a uma unidade política nacional. Os eventuais problemas enfrentados na Confederação e no Império diziam respeito às respectivas províncias, e é importante tratar de seu próprio processo de construção, e de que forma as identidades provinciais foram empecilhos à formação das identidades nacionais.

Para identificar com mais precisão os agentes políticos da questão nacional torna-se fundamental o conceito de “região-província”. Nestas lutas pelo poder, os caudilhos federalistas provincianos por vezes promoviam alianças com os de outras “regiões-províncias”, formando algumas ligas frouxas e instáveis. Assim, ao invés de federações, como queriam os discursos políticos dos atores desse processo, parece mais adequado tratar estas alianças como confederações, formadas por laços pouco consistentes e que não criavam qualquer tipo de instância superior para a qual eventualmente delegassem poderes. Desta maneira, o século XIX foi marcado pelas guerras entre distintas “regiões-províncias”, entre setores que buscavam hegemonia no interior de algumas delas, e pela recusa dos projetos centralizadores. A Guerra do Paraguai parece mais um corolário dessas lutas no processo de formação dos Estados nacionais, não tendo sido o fator de coesão interna que buscavam os projetos centralizadores.

Este texto busca contemplar esse processo de construção nacional no espaço platino. Fundamentalmente importa compreender como as identidades sociais após a descolonização se construíram, desde regionais-provinciais até, eventualmente, a afirmação daquelas nacionais. Neste sentido tratarei com brevidade de dois caudilhos da então província do Rio Grande de São Pedro que fizeram suas trajetórias militares e políticas ao longo do século XIX, participando ativamente de conflitos e negociações, internas e externas ao Império do Brasil: Antônio de Souza Neto e David Canabarro. Ambos eram proprietários de terras e fizeram carreira das armas nos muitos conflitos que envolveram o Império e seus vizinhos fronteiriços: participaram da Guerra da Cisplatina, resultante da disputa do território uruguaio pela Argentina e pelo Brasil; foram protagonistas na Guerra dos Farrapos, quando a elite proprietária da província tentou afirmar-se criando a República Rio-Grandense; participaram das campanhas do Império contra Oribe e Rosas em 1851-1852; e por fim estiveram nos primeiros combates da Guerra do Paraguai, em 1865. Ou seja, a província no início e o Império do Brasil no final; e o que lhes dava a condição para incorporar identidades provinciais ou nacionais era o manejo da fronteira.

Os rio-grandenses tinham um histórico de conflitos e convivências com os platinos que lhes permitiu, ao longo do século XIX, uma série de ações políticas que muitas vezes diziam respeito aos interesses maiores do Império. Assim foi na

Cisplatina, quando a ocupação de terras e o sequestro gado impediram que o Lecor, presidente da nova província, obtivesse a desejada paz para efetivar a incorporação da Banda Oriental. Durante a secessão “farroupilha”, que resultou proclamação da República Rio-Grandense em 11 de setembro de 1836, os rebeldes sulinos buscaram apoios de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires e principal chefe do Partido Federal da Confederação Argentina, e seu aliado Manuel de Oribe, presidente uruguaio e fundador do Partido Blanco.

Já a partir de 1838 até o final de 1842, as alianças mudaram para o Partido Colorado de Fructuoso Rivera, federais provincianos dissidentes, insatisfeitos com os rumos da Confederação Argentina, em meio a uma profusão de acordos, desde meras reuniões até a assinatura de tratados, entre duas ou mais unidades. Com o isolado Paraguai foram feitas algumas aproximações, rechaçadas por desconfiança de seus turbulentos vizinhos e pelos possíveis riscos de comprometimento contra o Império do Brasil.

Em apenas quatro anos foram firmados seis tratados entre as diversas unidades políticas que se insurgiam contra o controle do Império de Brasil e/ou da Confederação Argentina: 1) Tratado de Cangüé, de 21 de agosto de 1838, entre o Uruguai e a República Rio-Grandense; 2) Tratado de Galarza entre o Uruguai e a província de Corrientes, de 31 de dezembro de 1838; 3) Tratado de San Frctuoso, de 5 de julho de 1841, entre o Uruguai e a República Rio-Grandense; 4) Tratado de Corrientes, de 29 de janeiro de 1842, entre a República Rio-Grandense e a província de Corrientes; 5) Tratado de Aliança, de 12 de abril de 1842, entre o Uruguai e as províncias de Entre Rios e Santa Fé; 6) como corolário de todas essas ligas, a Reunião de Paysandu, de 14 de outubro de 1842, propôs uma Confederação que reunisse o Estado Oriental do Uruguai, as províncias de Santa Fé, Entre Rios e Corrientes, e a República Rio-Grandense. Foi também convidado o Paraguai, que se recusou a participar do encontro.

Após a paz com o Império, os rio-grandenses se envolveram em conflitos com os blancos seguidores de Oribe que ocupavam a campanha do Estado Oriental e mantinham Montevideo sob cerco. Nestas disputas, destacou-se muito Souza Neto, general “farroupilha” que emigrara para o Uruguai. Na guerra do Império contra o mesmo Oribe em 1851, e contra Rosas em 1852, em aliança com os respectivamente com colorados uruguaios e as tropas de Urquiza, governador de Entre Rios, os rio-grandenses constituíam um terço do exército brasileiro, formando quase toda a cavalaria. Foram eles os grandes beneficiários dos tratados obtido com o Uruguai, tanto na definição dos limites quanto em vantagens para a pecuária e para as charqueadas sulinas. Além disso, no triunvirato provisório nomeado para o Uruguai, estavam os caudilhos Lavalleja e Rivera, velhos conhecidos dos homens da fronteira, além de Venancio Flores, um chefe militar do Partido Colorado, com quem se iniciava uma parceria que teria repercussões na conjuntura que antecederam a Guerra do Paraguai.

No início dos anos 1860 o Partido Blanco voltou ao poder no Uruguai. A partir de então, as reclamações dos rio-grandenses donos de terras no país vizinho recrudesceram contra os blancos, acusando-os de prejudicarem seus interesses econômicos. Para protegê-los, ignoravam as autoridades centrais do Império, que pregavam neutralidade, e passaram a agir por conta própria. Em fins de 1863, a Corte via com muita preocupação estas ações privadas junto do colorado Venancio Flores, que se insurgira militarmente contra o governo blanco. Então o general Antônio de Souza Neto era o principal protagonista rio-grandense, fazendo-se porta-voz dos brasileiros residentes na Banda Oriental.

Assim como na campanha de 1851-1852, muitos dos homens da fronteira participaram do esforço de guerra no início da guerra contra o Paraguai. No entanto, não auferiram as vantagens obtidas naquela ocasião: ao invés de benefícios territoriais e econômicos, estes “senhores da guerra” tiveram que enfrentar os inimigos paraguaios em seu próprio território, além da obediência aos mandos indesejados de comandantes imperiais que julgavam incompetentes. Um exemplo candente se manifestou nos desagradados do antigo chefe “farroupilha”, Canabarro. David Canabarro fora o último Comandante do exército rebelde, e o signatário do acordo de paz que reintegrava a República Rio-Grandense como província do Império. Veterano combatente nas guerras sulinas desde a Cisplatina, granjeara fama como um chefe atilado de milícias. Já nos estertores da secessão rio-grandense, com pouco mais de mil homens, resistia sempre do poderoso assédio que lhe movia o comandante legalista Caxias com um exército dez vezes maior. Reincorporado às forças do Império, tinha participado da campanha de 1851-1852, e nos anos 1860 encontrava-se como responsável pela fronteira do Rio Grande do Sul com Corrientes, separadas pelo rio Uruguai, e com o Estado Oriental do Uruguai, com divisa no rio Quaraí. Era uma área vasta, com baixa densidade demográfica, e escassos recursos militares, tanto de praças quanto de armamentos.

Assim, enquanto Antônio de Souza Neto agitava os rio-grandenses residentes no Uruguai bem como os que estavam estacionados na fronteira a apoiarem uma intervenção dos colorados de Venancio Flores para derrubarem o governo blanco, Canabarro se preocupava com as repercussões que isso podia trazer para o delicado equilíbrio político no Litoral: o governador de Entre Rios era o federal Urquiza, que tinha tratativas com o Paraguai desde os anos 1840 simpatias pelo governo dos blancos além do próprio Paraguai, porque uma eventual interferência do Império nas questões internas uruguaias seria uma ameaça para sua segurança. Iniciada a insurreição dos colorados, Canabarro voltou-se para o exame das possibilidades de uma invasão do Brasil pelos paraguaios como represália, e até uma eventual aliança deles com Urquiza. Solicitou então uma série de auxílios pelo Império, que não foram tomadas.

Quando as tropas paraguaias em 1865 invadiram Corrientes, cruzaram o rio Uruguai e tomaram sucessivamente as cidades fronteiriças de São Borja e Itaqui,

Canabarro foi obrigado a recuar sem dar combate. A incursão paraguaia prosseguiu até a ocupação de Uruguaiana, bem próximo à tríplice fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina, enquanto um pequeno contingente seguia pela outra margem do rio, em terras da província de Corrientes, até a localidade de Paso de Los Libres, justamente em frente a Uruguaiana. Pela decisão de não enfrentar os invasores, Canabarro foi submetido à corte marcial; em sua defesa, o veterano chefe criticou as omissões dos homens da Corte. As cobranças feitas a Canabarro lhe pareciam injustificadas porque ele havia feito o que era possível contando apenas com a Guarda Nacional que organizara; o Império fracassara no fornecimento de infantes e artilheiros, não providenciara oficiais experientes, falhara no abastecimento de víveres, armas e munições.

Depois disto, a guerra terminou para Canabarro, que se retirou da linha de frente e foi tratar dos seus negócios privados na sua estância de Santana do Livramento, onde morreria em 1867. Neto, por seu turno, organizou uma milícia sob seu comando e participou dos primeiros combates: fez parte da vanguarda que invadiu o território paraguaio em Passo da Pátria; foi ferido na batalha de Tuiuti, de onde foi transferido para o “hospital de sangue” de Corrientes, onde faleceu em julho de 1866. Dois “senhores da guerra”, veteranos da Cisplatina ao lado das forças portuguesas primeiro, e imperiais após a independência do Brasil; rebelados em 1835, generais da República Rio-Grandense, proclamada pelo próprio Neto; novamente com o Império nas guerras contra Oribe e Rosas; insatisfeitos com as autoridades brasileiras às vésperas da Guerra do Paraguai, defendendo uma vez mais os interesses provincianos; e, afinal, defendendo o Império na deflagração do conflito. A província, a fronteira, o Império! E as identidades...

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata. Argentina, Uruguai e Paraguai – da Colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** Brasília: Ensaio/UnB, 1995.

CARMAGNANI, Marcello (coord.). **Federalismos latino-americanos. México/Brasil/Argentina.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CHIARAMONTE, José C. **Mercaderes del Litoral. Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX.** Buenos Aires: FC E, 1991.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles – o Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império.** São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai.** São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2002.

FIGUEIREDO, Joana Bosak. **O Rio Grande de São Pedro entre o Império do Brasil e o Prata: a identidade regional e o Estado nacional (1851-1865).** Porto Alegre (RS): UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2000.

- GUAZZELLI, Cesar A. B. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**. Rio de Janeiro (RJ): v. 10, 2009, p. 70-89.
- GUAZZELLI, Cesar A. B. Fronteras, espacios e identidades: la extremadura sureña de Brasil, siglo XIX. In: KOZEL, Andrés et al. (Org.). **Heterodoxia y fronteras en América Latina**. Buenos Aires: Teseo, 2013, p. 291-305.
- GUAZZELLI, Cesar A. B. **O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-184)**. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.
- GUAZZELLI, Cesar A. B.. La República Rio-Grandense y el retorno de la “Pátria Grande” (1838-1843). **Pasado Abierto**. Mar del Plata (Argentina): v. 2, 2015, p. 153-196.
- IZECKSON, Vitor. **O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.
- MARQUES, Maria Eduarda C. M. (org.). **Guerra do Paraguai 130 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- MENEGAT, Carla. **“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do estado oriental do Uruguai. (1845- 1835)**. Porto Alegre (RS): UFRGS (Tese de Doutorado), 2015.
- OLIVEIRA, Manuel Lucas de. **Diário**. Porto Alegre (RS): Edições EST, 1997.
- POMER, Leon. **A Guerra do Paraguai. A Grande Tragédia Rioplatense**. São Paulo: Global, 1981.
- RIBEIRO, José Iran. **O Império e as revoltas: Estado e nação nas trajetórias dos militares do Exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013
- THOMPSON, George. **La Guerra del Paraguay**. Asunción: RP Ediciones, 1992.
- THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de Fronteira. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre (RS): EdiPUCRS, 2014.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

**Elizabeth Johansen** - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

### C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

### D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

### E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

### F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

## **G**

Giro decolonial 5

## **H**

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

## **I**

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

## **L**

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

## **M**

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

## **N**

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

## **P**

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

## **R**

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

## **S**

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

## **T**

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

## **V**

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,  
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-650-8

